



Evento	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2013
Local	Porto Alegre - RS
Título	Interseções jurídico-feministas: trajetórias de vida e projetos profissionais de operadores do direito na área de direitos da mulher e de gênero
Autor	CAROLINA NUNES DOS SANTOS
Orientador	CLAUDIA LEE WILLIAMS FONSECA

A presente pesquisa, em fase inicial, intenta investigar como a passagem por um grupo de assessoria jurídica em Porto Alegre, focado na área de direitos da mulher e de gênero, afeta as trajetórias de operadores do direito que dele participaram. Tal grupo, formado no contexto brasileiro da criação da Lei Maria da Penha (11.340/06), trabalha oferecendo assessoria jurídica gratuita para casos de violência doméstica e homofobia, dentre outros que remetam aos direitos de minorias sexuais. Com uma equipe interdisciplinar formada, principalmente, por advogada(o)s e psicóloga(o)s, o grupo trabalha sob uma perspectiva *queer* aplicada ao direito dentro do espaço de um programa de extensão universitária. Ao escolher a trajetória da(o)s advogada(o)s eméritos desse grupo, objetiva-se problematizar a emergência de demandas feministas no campo jurídico, mapeando-se os posicionamentos em jogo no que concerne a temática de gênero. Concomitantemente, intenta-se abranger o campo de possibilidades que circunscreve os projetos profissionais desses sujeitos (Velho, 1981), com vistas a situar suas trajetórias a partir dos marcadores sociais da desigualdade (gênero, raça, classe e geração) que incidem sobre elas. Dessa forma, pretende-se trabalhar na direção de situar as disputas que engendram posicionamentos, simultaneamente, dentro do campo jurídico e do movimento feminista. Relevando-se, pelas redes de relações estabelecidas com outros profissionais e instituições em suas carreiras, as linhagens políticas jurídico-feministas que constroem; e a heterogeneidades de origem e pertencimento que assinalam as trajetórias de vida dessa(e)s operadora(e)s do direito. Assim também, expande-se a compreensão de ‘feminista’, trazida por Bonetti (UFSC, 2000), para além da noção de pertença a classe-média. Para tanto, utiliza-se o método etnográfico em uma perspectiva feminista, em especial através de entrevistas semi-estruturadas. Tal escolha se torna particularmente relevante a partir da também participação da pesquisadora no mesmo grupo de assessoria jurídica, o que implica uma configuração de pesquisa inicialmente muito próxima entre ‘pesquisadora’ e ‘pesquisados’, mas que enriquece o intento de estabelecimento de relações de pesquisa cooperativas. Contribuindo, ao favorecer a visibilidade dos fluxos de produção entre ciência e política, para o que venha a ser uma metodologia de pesquisa que se queira feminista, que insira legados políticos e movimentos transdisciplinares em seus cursos de emergência e afirmação.